



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022



Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcântara Pereira
(Organizadoras)

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

BNDigital, da Fundação Biblioteca

Nacional

Adaptado por Victor Celestino Vieira

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Ivoneide Jesus
Organizadoras: Diná Andrade Lima Ramos
 Denise de Alcantara Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
T327	<p>Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas / Organizadoras Diná Andrade Lima Ramos, Denise de Alcantara Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0835-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.352221412</p> <p>1. Território. 2. Política. 3. Sustentabilidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima (Organizadora). II. Pereira, Denise de Alcantara (Organizadora). III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 320.12</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Souza Rodrigues, Reitor

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Lúcia Helena Cunha dos Anjos, Pró-Reitora

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diná Andrade Lima Ramos, Coordenadora do PPGDT

PROJETO EDITORIAL

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Diná Andrade Lima Ramos (coordenação)

Denise de Alcantara Pereira

Thássia Andryna Silva de Paula

Rafaela Rosa Chaves Cardoso

Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

Rosângela Cavalazzi (UFRJ)

Ariel Garcia (CONICET)

Carlos Antônio Brandão (UFRJ)

Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ)

Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF)

Realização



Apoio



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A iniciativa de organizar e lançar um livro para marcar os dez anos do PPGDT revela a essência do empenho e da competência da comunidade acadêmica do Programa na produção científica: o compromisso com a construção do conhecimento e reconhecimento dos saberes locais, prioritariamente (mas não exclusivamente) sobre a região referência da UFRRJ.

O título da obra expressa alguns dos pilares conceituais do Programa que são trabalhados criticamente nos capítulos: território-territorialidade, ambiente, sustentabilidade e políticas públicas.

Por ser um curso interdisciplinar, que conta com docentes e discentes de várias áreas do conhecimento, é possível encontrar contribuições diversificadas para as mesmas categorias e conceitos nos textos apresentados. Antes de serem consideradas ecletismo ou incoerência, é importante reconhecer que elas são originárias de concepções dos campos disciplinares, o que torna rica a síntese do diálogo desse coletivo.

O conteúdo organizado na publicação revela os objetos de pesquisa elaborados a partir das principais demandas identificadas/construídas no território de abrangência, ou fora dele, por docentes e discentes do PPGDT. De modo competente, todos os capítulos atendem aos critérios de uma produção científica de qualidade no que tange a uma base teórica consistente, a explicitação dos objetivos e da metodologia definida para alcançá-los, a apresentação dos resultados e sua discussão, que lhes deu elementos suficientes e coerentes para a conclusão/considerações finais. Quero destacar a importância de o livro contemplar abordagens sobre etnia, gênero, populações tradicionais, questão fundiária, desastres, dentre outras, demonstrando o compromisso científico com esses sujeitos e questões.

Neste sentido, o livro torna-se protagonista síntese dos 10 anos de existência do PPGDT. Programa ainda jovem, apresenta uma relevante trajetória de consolidação que culmina com este presente para todos nós.

Consolidar um programa de pós-graduação na área do PURD-Planejamento Urbano e Regional e Demografia longe (fisicamente) do centro de decisões da Universidade não é algo simples, mesmo quando ele é multicampi e com os recursos tecnológicos existentes. Exige empenho e esforço redobrado de gestores, docentes, técnicos e estudantes para criar uma ambiência universitária. Quando além de fora da sede são localizados em pequenos e médios municípios, em especial aqueles longe das metrópoles onde a riqueza cultural, acadêmico-científica e de infraestrutura existente contribui para ampliar o repertório da comunidade acadêmica, exigem formas diferenciadas de potencialização dos recursos e bens existentes. Nesses espaços ocupados desigualmente, característica inerente ao modelo de desenvolvimento capitalista, há que buscar outras formas de se ter acesso a bens públicos que possam ampliar os horizontes do conhecimento. E o PPGDT tem honrado o seu compromisso!

Parabéns às organizadoras, autoras e autores dos capítulos e demais profissionais que, juntos, tornam essa obra possível!!

Parabéns ao PPGDT pelos 10 anos!!

Antenora Maria da Mata Siqueira

AGRADECIMENTOS

Este livro foi gerado coletivamente, com o apoio dos docentes, discentes e egressos do programa que dele participaram, direta ou indiretamente, aos quais somos gratas.

A publicação foi possível graças ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e pelas bolsas de pós-graduação financiadas pela CAPES, que possibilitam a dedicação exclusiva aos mestrandos e mestrandas contemplados com esse importante recurso

Agradecemos também À FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelas Bolsas Jovem Cientista de Nosso Estado, pelas bolsas de Iniciação Científica, e por outros apoios e fomentos que auxiliam e financiam as pesquisas realizadas pelos coautores desta obra.

Agradecemos a ex-Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ, Prof. Dra. Lucia Anjos, pelo estímulo e acompanhamento das ações de nosso Programa, e por sua liderança competente e ética.

Agradecemos a atuação dos discentes que participaram da coordenação editorial e foram fundamentais para sua efetivação, a saber: Mestre Thássia Andryna Silva de Paula, Mestre Rafaela Rosa Chaves Cardoso e Mestrando Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima.

Agradecemos ao egresso do PPGDT Vinicius Brandão e ao bolsista de Iniciação Científica Victor Celestino que conceberam as ideias iniciais da capa do livro.

Somos profundamente gratas pelos pareceres emitidos pelos membros do Comitê Científico formado pelos professores Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira da UFF-Campos, Dr. Ariel Garcia, do CONICET, Dr. Carlos Antônio Brandão (UFRJ), Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes (UFRRJ) e Dra. Rosângela Cavalazzi (UFRJ).

Agradecemos a Prof. Dra. Antenora Maria da Mara Siqueira pelo texto da orelha do livro, ao Prof. Dr. Cezar Guedes, pelas palavras do Prefácio, e pela convivência durante todos os anos em que estive vinculado ao PPGDT, e ao prof. Carlos Antônio Brandão, pela inspiradora epígrafe do livro.

Finalmente, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer aos docentes da UFRRJ e fundadores do PPGDT, alguns seguindo hoje outros caminhos, por sua perseverança e cooperação na criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, que se consolida fundamentado na tríade Desenvolvimento, Território e Estado. Nomeadamente são elas e eles, Profa. Dra. Adriana Schueler, Profa. Dra. Beth Rocha, Prof. Dr. Carlos Brandão, Prof. Dr. Cesar da Ros, Prof. Dr. Cezar Guedes, Profa. Dra. Cristhiane Amâncio, Prof. Dr. Lamounier Vilella, Prof. Dr. Luiz Carlos de Oliveira Lima, Prof. Dr. Robson Amâncio e Prof. Dr. Robson Dias da Silva.

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

PREFÁCIO

O que mais há na terra, é paisagem.

A edição deste livro é muito bem-vinda, pois comemora os dez anos de atividade do PPGDT - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, da melhor e mais genuína forma que poderia ser feita; mostrando parte significativa da produção multifacetada nos variados temas e abordagens ao longo dessa década que merece mesmo uma avaliação de conjunto. O que se destaca é a busca das conexões do território em seus âmbitos urbano e regional com a elaboração e aplicação de políticas públicas (ou de sua ausência, o que também é uma opção) em questões socioambientais e econômicas.

Nas primeiras linhas do romance de José Saramago, *Levantado do chão* (Bertrand Brasil, 2008), ali está escrito: *“O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho ou negro. E também vermelho, em lugares que é cor de barro ou sangue sangrado. Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou não já, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim. Não é tal o caso do trigo, que ainda com alguma vida é cortado. Nem do sobreiro, que vivíssimo, embora por sua gravidade o não pareça, se lhe arranca a pele. Aos gritos”*.

Na prosa poética de Saramago está posto de forma sutil e bela, o que demarca a fronteira da pura paisagem, “sem a mão de gente” com algo a mais, o território, este sim, marcado pelos seres humanos que ali vivem com suas relações de cooperação e conflito. Por isso tomei emprestada essa primeira frase do romance de Saramago, pois é a partir daí que reside o desafio maior de nosso trabalho, produzir conhecimento socialmente útil aplicado a problemas e soluções propositivas na múltipla e complexa paisagem dos territórios que nos rodeiam. Nessa nossa primeira década, isso implicou em compromissos, no melhor sentido da palavra, com abordagens interdisciplinares trabalhando num esforço organizado em duas linhas de pesquisa: 1. Desenvolvimento e políticas públicas e 2. Sustentabilidade e Territorialidades. Dessa forma, as distintas formações acadêmicas do corpo docente funcionaram como um DNA aliado às motivações de cada um de nós e foi potencializada no trabalho conjunto com nossos mestrandos. A interdisciplinaridade não é algo que se declara simplesmente como um procedimento metodológico que escolhemos e alcançamos, mas, principalmente, como algo que se busca e pratica por variados caminhos nada triviais.

No vasto campo das Ciências Sociais Aplicadas, ao iniciarmos um projeto de

pesquisa e alinharmos as perspectivas, nos deparamos com uma dúvida básica: por onde começar? Certamente o contexto, as referências históricas, conceituais e metodológicas devem ser levadas em conta. Entretanto, uma vez depurada essa carpintaria teórica em seu aspecto mais substantivo, é no território e nas pessoas que vivem lá que deve estar essa argamassa da pesquisa. Do contrário, a aderência e qualidade da pesquisa estarão comprometidas. Isso deriva de uma questão básica: em tese e vistos de longe os fenômenos sociais são mais fáceis de entender. Só que, ao nos aproximarmos de suas gêneses e dinâmicas, outras complexidades se impõem. A teoria é absolutamente fundamental, mas não basta. O campo a ser conhecido e analisado é o desafio suplementar.

Em *A moral secreta dos economistas* (Unesp, 2001), Albert Hirschman acentua a necessidade de “ouvir o paciente” e atribui a essa frequente lacuna o motivo principal de muito da prática do planejamento regional não atingir seus objetivos. Tentando ser didático: a economia é de mercado, mas a sociedade não. Portanto, os contingentes humanos, seja em que escala for, devem ser considerados para além de uma totalidade ou apenas como um mercado. As carências e a falta de acesso à moradia, segurança, trabalho, saúde e transporte são variadas e muito frequentes no Brasil. Há um caminho de soluções em que a Universidade tem um papel fundamental e a gestão do território em particular, tem uma linha de elaboração que poderia e deveria ser mais acionada, mas a questão dessa defasagem é de natureza política, o que condiciona soluções técnicas mais efetivas ou não, referentes ao interesse público.

A mobilidade urbana, por exemplo; nossa Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi se adensando intensamente, assim como tantas outras no Brasil, sem que houvesse uma resposta adequada quanto aos transportes de massa, seja no fortalecimento de sua malha ferroviária, assim como na utilização da Baía da Guanabara como alternativa de transporte hidroviário, com terminais em São Gonçalo, e também mais ao fundo da Baía da Guanabara. Essas infraestruturas têm um papel evidente para aliviar o tráfego rodoviário no movimento pendular casa-trabalho e são soluções técnicas que existem e estão disponíveis. Mas na escala local dos municípios os lobbies dos transportes e do mercado imobiliário são o poder real que, ao contrário do poder público, não vão a votos e de certa forma estão sempre no poder. Entretanto, nosso parceiro privilegiado é a sociedade e suas articulações com a base material e imaterial da economia e o poder público.

Os textos apresentados têm como eixo o desenvolvimento territorial sustentável em diferentes escalas espaciais. Há também o tema das inovações e a busca por maior eficiência e tecnologias sociais, pois ao contrário do que se diz frequentemente, nossos problemas não derivam do custo do trabalho, mas das desigualdades e da ausência de um engajamento mais efetivo na educação, na ciência e nas tecnologias voltadas para os fundamentos estruturais e sociais, no sentido de uma economia sustentável que privilegia a produção, o emprego e o bem-estar social.

A intenção desse conjunto de textos é, portanto, dar a conhecer de forma mais ágil

a natureza do trabalho que vimos realizando desses dez anos e que a leitura, críticas e discussões, sirvam de estímulo para que façamos mais e melhor nessa produção acadêmica coletiva que vem se fazendo no esforço de cada um, mas que somados na interlocução, cria sinergias. Tenho prazer e alegria em ter participado da criação do PPGDT e destes primeiros anos que agora comemoramos.

Boa leitura!

Cezar Augusto Miranda Guedes

INTRODUÇÃO

Celebrar dez anos de existência do Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT – em 2022, pode parecer, em um primeiro olhar, um contrassenso. Nos últimos dois anos, estivemos mergulhados na pandemia e limitados em nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão; nas pesquisas-ações, do trabalho de campo, das interações com as comunidades, e atuando remotamente. Devemos enfatizar, contudo, que a pandemia ainda não acabou! Que os festejos (no sentido de comemoração) se dá ainda em meio à morte e à alta transmissibilidade, mas apostamos na vida (a vivida e, a que ainda está por vir).

Ainda assim, a celebração de tão benfazeja data faz todo o sentido, ao percebermos que, apesar das dificuldades e inconvenientes desses dois anos de ensino remoto, e, demais atividades acadêmicas à distância, nossa produção se amplia e consolida o PPGDT. O programa vem formando, para além de mestrandos, profissionais qualificados, capazes de compreender, criticamente, os problemas e fortalezas, em seu entorno e no mundo, tornando-se sujeitos capazes de fazer a diferença e transformar vidas. Muitos de nossos egressos, em adição, já atuam ou lecionam em vários níveis educacionais, na área ou afins, ou mesmo seguem aprofundando seus conhecimentos em programas de doutorado de excelência.

A trajetória do PPGDT inicia-se a partir da junção de docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A partir da experiência acumulada e da convergência de interesses, almejavam a criação de um programa multidisciplinar, plural e multicampi. Vinculado à grande área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia (PURD), tem como seus eixos epistemológicos as questões territoriais e as políticas públicas, em que o urbano, o rural e o regional delimitam os recortes espaciais das pesquisas desenvolvidas.

O foco do programa recai sobre as questões e demandas dos territórios de seu entorno imediato, mas não exclusivamente, e nos conflitos e relações desiguais entre o ambiente, a economia e a sociedade – os três pilares da sustentabilidade. Desde a primeira turma, em 2012, buscou-se ampliar as investigações e a produção intelectual, sempre de forma dialógica e interdisciplinar, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento dos territórios, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, político-institucionais, éticas, culturais, ambientais, tecnológicas e científicas. Desde sua criação, já foram titulados 92 Mestras e Mestres em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Evidencia-se, aqui (creio que assim é mais para conclusão, mas não tem dados acima para afirmar isso), o caráter fundamental do Programa, a interdisciplinaridade, que também é base dos estudos urbanos e regionais, focados nos processos prospectivos e de planejamento. Os fundamentos e aportes teóricos das pesquisas, levadas a cabo no PPGDT, abrangem uma variada gama de temas e escalas, tendo a integração de docentes de áreas

as mais diversas, no âmbito da instituição, desde as Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, passando pelo Turismo e Agronomia e abrangendo ainda História, Geografia, Ciências Jurídicas e Administração Pública e Empresarial. Fato este que se fortalece com o amálgama na composição do corpo docente com professores provenientes de Instituições parceiras, como EMBRAPA-Agrobiologia, EMBRAPA-Solos, UFF-Volta Redonda e IFRJ-Pinheiral, e de programas parceiros como o PPGCTIA - Programa de Pós-graduação Binacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, onde co-atuam docentes do PPGDT e para onde vários de nossos egressos, desenvolvem o Doutorado .

A multidisciplinaridade é um dos trunfos do PPGDT, pela riqueza do debate e intercâmbios possíveis, cujas controvérsias e divergências de ideias e posicionamentos entre o(a)s docentes e pesquisadores envolvidos tornam-se, sem dúvida, necessárias ao debate acadêmico de qualidade.

O período de atuação remota não arrefeceu nossos ânimos. Ao contrário, docentes e discentes do programa superaram os desafios ao lidarem com tecnologias, as quais, até então, não dominavam. Assim, continuamos a promover, ainda que com limitações, a produção intelectual, que apresentamos nessa segunda produção coletiva do Programa (todas foram publicadas durante a pandemia?). Há que se registrar nosso reconhecimento aos docentes do Programa, que, em nenhum momento interromperam suas pesquisas, apoiando e sendo apoiados pelos discentes, em seu desenvolvimento acadêmico. Buscaram maximizar os instrumentos e meios disponibilizados pela UFRRJ, pelas redes sociais e canais gratuitos de difusão de informação, para mitigar os efeitos ao processo de aprendizagem, diante do necessário distanciamento social imposto pela pandemia sanitária da Covid 19. Reconhecemos também a garra demonstrada por nossos discentes, que mesmo diante de todos os desafios envolvidos nessa adaptação, persistiram em seus propósitos.

Nem mesmo o V Fórum do PPGDT - que corre anualmente para estimular a participação discente em eventos acadêmicos e para preparar os discentes concluintes para a defesa - e o I Seminário Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro, inicialmente planejados para ocorrerem presencialmente, nas instalações da UFRRJ, foram cancelados. Ao contrário, foram realizados em junho daquele ano, pioneiramente de forma totalmente remota, com financiamento da Fundação Carlos Chagas de Auxílio à Pesquisa - FAPERJ. Na sequência, em 2021, no mesmo formato virtual, ocorreu o VI Fórum do PPGDT. A partir da profícua experiência do V Fórum acima citado, em que debatemos por três dias as temáticas afins ao Programa, pudemos editar e publicar o E-book *Reflexões em Desenvolvimento Territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro*, pela Editora Mórula naquele mesmo ano. No VI Fórum houve apresentações dos resultados das pesquisas e vários debates, proporcionados por convidados ilustres, que abrilhantaram o evento em seus três dias de realização. Desse evento resultaram as dissertações da Turma iniciada em 2019 e, várias publicações conjuntas entre discentes e

docentes em periódicos, qualificados pela área PURD da CAPES.

O presente livro, que está gratuitamente disponibilizado à comunidade acadêmica e ao público em geral, no formato E-Book, apresenta um panorama da atuação na pesquisa de nossos docentes e discentes e está estruturada em quatro partes. Importante salientar, que apesar de o PPGDT possuir uma única área de concentração – Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – e duas linhas de pesquisa – (1) Desenvolvimento e Políticas Públicas e (2) Sustentabilidade e Territorialidades, a organização dos capítulos não segue esta ordenação. Priorizou-se agrupar os textos conforme as temáticas e escalas de abrangência, demonstrando e fortalecendo o caráter múltiplo, transversal e interdisciplinar das produções. Outro aspecto importante é a presença, em vários artigos, do trabalho colaborativo entre docentes e egressos do PPGDT e de pesquisadores vinculados ou não à instituição, que cooperam em redes de pesquisa, fortalecendo o debate transversal e plural da área PURD.

Assim, o livro está organizado em quatro partes que abarcam os interesses dos pesquisadores vinculados ao programa. A Parte I, intitulada *Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade*, integra questões e apontamentos conceituais relativos ao eixo estruturador do Programa. A Parte II, sob o título *Desenvolvimento Regional e Economia e Gestão*, envolve as pesquisas que discutem, na escala da economia regional, os impactos de ações e políticas em nível federal sobre os territórios. A Parte III - *Conflitos Socioambientais e Territoriais* - traz os resultados de investigações sobre interseccionalidades e segurança pública, questões ambientais e segurança ambiental de territórios disputados. A Parte IV, *Delimitações Regionais e Territoriais*, integra contribuições relacionadas aos recortes espaciais nas áreas do entorno dos *campi* da UFRRJ, que sofrem influência e são influenciadas mutuamente, enfatizando a cidade como polo de desenvolvimento com equilíbrio e justiça social.

A Parte I é iniciada pelo Capítulo 1 - *Desenvolvimento Territorial Sustentável: alguns apontamentos*, por Tatiana Cotta Gonçalves Pereira, que conceitua e problematiza a construção epistemológica do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina homônima ofertada pelo Programa. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama sobre como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferização e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

O Capítulo 2 - *Desenvolvimento territorial sustentável: uma análise comparativa entre experiências de Los Lagos-Chile, Imbabura-Ecuador e Baía da Ilha Grande-RJ Brasil*, elaborado a oito mãos por egressos, docentes e pesquisador externo ao Programa,

Jover Negrão, Lamounier Erthal Villela, Daniel Netto Francisco e Patrick Gomes, analisa as experiências interinstitucionais e internacionais tornadas possíveis pelo Programa Pró-Integração, da Capes, integrando a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a UFRRJ e Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os estudos de caso focalizaram no Chile, Equador e em experiências realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) que estuda os territórios componentes da Baía da Ilha Grande (BIG). Busca problematizar o desenvolvimento endógeno e local e refletir sobre como isso ocorre nas localidades, a partir da implementação de meios e instrumentos viáveis, tendo como base a participação social e a inclusão cidadã.

O último texto da Parte I, o Capítulo 3 - *O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de uma Análise Multidimensional* - analisa e compara o processo de desenvolvimento rural no Estado a partir de indicadores multidimensionais de desenvolvimento rural, resgatando seus determinantes econômicos, sociais, históricos e geográficos. A abordagem do conceito ocorre de forma processual, considerando Fatores Condicionantes, Características e Resultados. Uma breve caracterização do Estado é apresentada e a metodologia de análise é multidimensional, a partir do ponto de vista do pesquisador sobre cada aspecto a considerar em dada realidade (demográfica, social, econômica, institucional, ambiental etc). A construção dos indicadores utilizou dados dos Censos Demográfico e Agropecuário do IBGE e no Ministério da Educação e a técnica estatística utilizada foi a análise fatorial e a de *cluster*. A análise apontou a existência de uma situação heterogênea em termos de desenvolvimento no espaço rural fluminense, havendo regiões onde o processo de desenvolvimento tem se mostrado virtuoso e associado à expansão do setor fabril e de serviços e outras situações em que o passivo dos ciclos do café e da cana levaram a situação oposta.

A Parte II integra quatro capítulos e é iniciada pelo Capítulo 4 - *Transformações socioeconômicas: desenvolvimento regional de uma microrregião no interior do Estado do Rio de Janeiro* -, por Caíque Giacomo Ragazzi e Marcio Silva Borges. O texto traz a análise realizada sobre os indicadores socioeconômicos dos municípios da microrregião de Três Rios, representados pelos municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios no interior do Estado do Rio de Janeiro, entre 2004 a 2015, período de grande ocorrência de isenções fiscais para o estabelecimento de empreendimentos industriais. No entanto, as estratégias de desenvolvimento aplicadas geraram um aprofundamento das desigualdades espaciais. O caso do Centro-Sul Fluminense demonstra a ocorrência de um esvaziamento econômico como reflexo do modelo adotado, com indicadores de elevados níveis de pobreza, baixa dinâmica do poder estadual, apesar dos investimentos e incentivos fiscais no período.

O Capítulo 5 - *Subsídios À Inovação no Brasil: o perfil urbano-regional da subvenção econômica em empresas privadas entre 2010-2019*, por Aldenilson Costa, aborda a subvenção econômica à inovação realizada pela FINEP, um tipo de investimento financeiro

destinado a empresas e instituições com projetos de inovação, definido em áreas temáticas. Objetiva analisar o perfil urbano-regional dos projetos de subvenção econômica, reconhecendo o padrão espacial e questionando até que ponto o instrumento reforça a primazia de empresas localizadas em cidades de porte médio e metropolitanas das regiões Sudeste e Sul. A reflexão em torno da inovação destaca o papel exercido pelo Estado como promotor e financiador de atividades inovadoras, estimulando os setores mais dinâmicos da economia. Questiona-se ainda o porquê de tal concentração em detrimento de outras regiões, e aponta uma agenda no sentido de maior diversificação, a partir do investimento estatal multissetorial e descentralizado no conhecimento científico-tecnológico-informacional.

A temática do Capítulo 6 - *Da integração moderna às disputas na neoliberalização: Estado e território no Brasil por meio de seu Banco Nacional de Desenvolvimento* - de Carla Hirt em coautoria com Javier Ghibaudi, tem como objetivo a análise sobre as mudanças e permanências na ação do Estado sobre a acumulação de capital no Brasil e sua articulação territorial, tomando como estudo de caso o BNDES no período 2003-2015 e seus desdobramentos no período 2016-2019. Observa-se que apesar de possuir uma burocracia qualificada e de prestígio e de ter dobrado sua capacidade financeira, os recursos do Banco de 2003 a 2014 acompanharam a especialização regressiva dos anos 1990. Enquanto isso, mudanças significativas ocorreram em setores específicos: aumento do Investimento Público em infraestrutura; maior participação das PMEs por meio do cartão BNDES; e mudança no perfil das exportações a favor da América do Sul e da África de colonização portuguesa. Finaliza-se com a análise a partir de 2016, com a mudança de governo, quando diversas medidas do BNDES foram revertidas, destacando-se sua descapitalização e perda do poder de financiamento em mais de 50%, bem como a reorientação do Banco para uma atuação voltada ao dispêndio de recursos públicos para uma nova rodada de privatizações.

No Capítulo 7 - *Uma concepção sistêmica para o estudo de empreendimento autogestionário*, Susana Webering defende a importância de se compreender as especificidades e o diferencial do empreendimento autogestionário, respondendo a algumas das principais controvérsias desse modelo. Para isso, são revisadas algumas teorias de caráter sistêmico de modo a entender a evolução cooperativa: desde a perspectiva da teoria dos jogos, a teoria da elites e alguns estudos de ecologia organizacional. Por meio de um método interpretativo e reflexivo sobre essas teorias e pesquisas sobre o tema, busca-se compreender o fenômeno organizacional cooperativo e algumas de suas principais tensões ao se desenvolver: a perda da democracia e da qualidade da cooperatividade entre os membros, o consequente processo de degeneração. Empreendimentos autogestionários seguem uma dinâmica evolutiva com fortes tensões internas e externas, podendo evoluir de forma contraditória em relação aos princípios iniciais de cooperação e participação. Conhecer esse fenômeno é fundamental para a construção de boas práticas de governança

cooperativa, evitando o processo de degeneração.

Iniciando a Parte III, o Capítulo 8 - *“Sem açúcar e sem afeto”*: *Dinâmicas da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, por Vinicius Ferreira Baptista, apresenta estudo analítico e descritivo sobre os contornos da violência contra a mulher na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no período de 2014 a 2019 a partir de oito variáveis que delimitam a vítima, o agressor e a violência. Uma tabulação é construída a fim de ponderar o movimento da violência, tanto no contexto da RMRJ, bem como na escala municipal. Em linhas gerais, o movimento da violência na RMRJ é multifacetado e complexo, a depender de quais variáveis estejam em jogo. A metodologia parte de bancos de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP). Enquanto que no primeiro, dispomos da razão de gênero via Censo 2010 para delimitar a RMRJ na composição de mulheres, no segundo dispomos do quantitativo de casos de violência contra a mulher entre 2014-2019.

O Capítulo 9 - *Qualidade das águas em áreas periurbanas: caso do rio Valão dos Bois em Seropédica-RJ*, por Adriana Schueler, Vinicius dos Santos e Décio Tubbs, aborda a carência ou inexistência de saneamento básico, nas cidades brasileiras, principalmente aquelas nas bordas das regiões metropolitanas. O foco recai sobre cidades periurbanas carentes de saneamento adequado, porém em locais mais densamente ocupados, onde lixo, água pluvial contaminada e esgoto sanitário chegam aos rios urbanos, impactando a qualidade das águas. O trabalho realizado apresenta o estado da qualidade da água do curso d'água Valão dos Bois, que atravessa a cidade de Seropédica, traçando um paralelo com o tipo de ocupação do solo presente. Foi realizado em três etapas: (i) seleção, coleta, armazenamento e análise de amostras de água de pontos diversos ao longo do córrego; (2) simulação computacional com posterior validação, das capacidades de autodepuração dos cursos d'água; (3) quantificação das vazões máximas e transporte de sedimentos observados nas contribuições das sub-bacias afluentes das sub-bacias hidrográficas de cada bairro em quatro cenários: o primeiro no estado de pré-desenvolvimento, o segundo no estado de desenvolvimento atual, o terceiro no estado de desenvolvimento previsto para o município.

O Capítulo 10 - *Expulsos do paraíso: a influência do capital turístico-imobiliário na produção do espaço em Angra dos Reis, RJ*, de Rita de Cássia Santos de Souza, Robson Dias da Silva e Ana Paula Dias Turetta discorre sobre a influência do capital turístico-imobiliário a partir da construção da Rodovia BR-101 (Rio-Santos) na produção do espaço em Angra dos Reis, tomando como exemplo a região do Bracuí, palco dos mais intensos conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro. A partir de levantamento bibliográfico, são contextualizadas as transformações socioespaciais e econômicas ocorridas a partir da abertura da Rodovia na década de 1970 e a conseqüente entrada do capital turístico-imobiliário na região. São descritos também os mecanismos que possibilitaram o estabelecimento do setor turístico e as mudanças de uso e ocupação do solo. Por fim, são problematizados os conflitos

funditários na região do Bracuí e a desterritorialização camponesa, discutindo-se as marcas da desigualdade socioespacial na vida da população, sobretudo no aspecto fundiário. Como conclusão tem-se que a insegurança jurídica em relação à ocupação do solo urbano em Angra dos Reis acarreta um passivo de irregularidades urbanísticas e ambientais, além da precarização dos serviços públicos e ameaça aos territórios e práticas tradicionais.

A mesma temática do capítulo anterior, de segurança alimentar é tratada agora em meio urbano no Capítulo 11 - *A agricultura urbana no e do município do Rio de Janeiro: potencialidades e fragilidades*, escrito em coautoria por Caren Freitas de Lima, Cristhiane Amâncio, Felipe Jardim, Bruna Maria, Leonis Júnior Silva e João Pedro Ribeiro. A Agricultura Urbana (AU) como vem sendo apontada por Instituições Oficiais como pilar fundamental para a existência de sistemas alimentares mais sustentáveis. No Rio de Janeiro, pelo histórico rural, a zona oeste abarca a maioria deles, cumprindo um importante papel para a Segurança Alimentar e Nutricional, a Soberania Alimentar, a promoção de espaços verdes urbanos, a agrobiodiversidade e a geração de renda. No entanto, a realidade da AU é de fragilização pela falta de acesso às políticas públicas e pelas normativas que privilegiam outras economias, como a agricultura, principalmente, oriunda das camadas populares. Não é à toa que a expansão do capital imobiliário aconteça sob territórios agrícolas. Nesses termos, através de uma revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada de 19 iniciativas, totalizando 45 agricultores e agricultoras, o presente artigo elucida alguns resultados recentes sobre a realidade dos agricultores urbanos cariocas. O objetivo deste trabalho é agregar informações sobre as potencialidades e fragilidades da AU.

Chegando à Parte IV, que traz as últimas porém não menos relevantes contribuições deste livro, o Capítulo 12 - *Três histórias de chuvas na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense*, Lucia Silva apresenta um ensaio sobre três grandes eventos climáticos com chuvas torrenciais ocorridos em períodos históricos distintos. A autora investiga seus impactos a partir de fontes jornalísticas e bibliográficas, analisando seus significados e as práticas sociais e políticas advindas desses eventos. A partir do olhar historiográfico da autora, são resgatados os processos de saneamento da baixada pela Comissão de Melhoramentos, ocorridos no início do século XX, comparando as chuvas deste período com as de 1966 e 1988, e o papel do poder público na condução do planejamento e gestão, antes, durante e após os eventos.

O Capítulo 13 - *Coesão social e territorial no Oeste Metropolitano - ocupação, expansão e (des)estruturação sócio-espacial*, de Denise de Alcântara Pereira, propõe, na forma de ensaio, uma reflexão e problematização do fenômeno metropolitano, tendo como pano de fundo territórios do Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro. Sob uma perspectiva teórica, aborda conceitos como justiça ambiental, ecologia política e privilégio da violência, para compreender a forte pressão da expansão e industrialização com seus motores logísticos e econômicos, identificando atores envolvidos na produção do espaço e marcos legais de uso e ocupação do solo, como indutores da forma urbana caracterizada pelas

fragilidades ambientais, desigualdades sócio-espaciais e pobreza estrutural. Perpetua-se assim as relações de poder desiguais entre o global e o local nesses territórios periféricos historicamente servís e atrelados à periferização e às ocupações sub-humanas. Desenha-se, ao final, cenários de fragmentação, cisões e conflitos e caminhos possíveis de coesão territorial.

O Capítulo 14 - *O papel da extensão universitária junto às comunidades tradicionais: o caso da Baía da Ilha Grande no enfrentamento à pandemia do COVID-19*, Adriana dos Reis Monteiro e Diná Andrade Lima Ramos, objetiva analisar a atuação do Programa Universitário de extensão “Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT)”, junto ao Colegiado do Território Rural da Baía da Ilha Grande (BIG), que articula atores e instituições, em apoio aos povos originários e comunidades tradicionais. A pandemia do Coronavírus (COVID-19), também considerada um desastre ambiental, tem imposto medidas restritivas ao mundo inteiro, sobre a circulação de pessoas e oferta de bens e serviços. Ainda assim, estes atores foram, de diferentes maneiras, expostos ao vírus. No território rural da BIG, diante da ineficácia das medidas de controle nacional da doença e o aumento quase contínuo do número de casos, as reuniões virtuais têm se constituído uma medida eficaz de proteção da população, inserção da produção local em mercados virtuais (e-commerce) e de troca de saberes. Presume-se que as atividades do PEPEDT promovem importantes redes de apoio aos povos originários e comunidades tradicionais no enfrentamento do problema durante e pós-COVID 19, pois, assessora as instituições locais para o exercício do controle social e para a construção coletiva de projetos relacionados ao desenvolvimento territorial. Os resultados validam o PEPEDT como agente de transformação e de mudança em nível local, multiplicando conhecimento e promovendo a gestão social e o desenvolvimento sustentável, ao aproximar pessoas e instituições, com uma abordagem compreensiva, empática e assertiva, subsidiando o planejamento territorial.

Fechando a quarta parte e a coletânea como um todo, o Capítulo 15 - *Cidade como alavanca do crescimento com igualdade*, apresenta o ensaio premiado pela CEPAL¹, de Robson Dias da Silva, propõe uma reflexão sobre as cidades e suas heterogeneidades estruturais e seu fundamental papel como motor de transformação e desenvolvimento equilibrado, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Resgatam-se alguns dos principais eventos econômicos nacionais e seus impactos sobre a evolução das cidades, pontuando-se com olhar otimista as transformações advindas da evolução tecnológica, técnica e capacidade produtiva concentrada principalmente nos centros urbanos, que se tornam condicionantes da política global. O autor propõe uma estratégia de desenvolvimento orientada pela cidade a partir de três eixos estruturantes: estímulo à

¹ Menção Honrosa no concurso ensaios Cepal e Valor Econômico sobre o Futuro com Crescimento e Igualdade no Brasil em comemoração aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe; publicado originalmente em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44524/1/S1900082_pt.pdf

(re)industrialização socialmente referendada; ampliação do mercado nacional consumidor e da oferta nacional; maior integração nacional sob a perspectiva policêntrica, conduzindo a um padrão de distribuição da população e crescimento mais equilibrado regionalmente, tendo as cidades como pólos de urbanização inclusiva e equitativa.

Desejamos uma boa leitura e que novos horizontes se abram para a ciência, o ensino, a pesquisa e a extensão relacionados ao desenvolvimento e o planejamento urbano e regional!

Diná Andrade Lima Ramos
Denise de Alcantara Pereira

SUMÁRIO

PARTE I – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, RURAL E SUSTENTABILIDADE

CAPÍTULO 1..... 1

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214121>

CAPÍTULO 2..... 20


DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EXPERIÊNCIAS DE LOS LAGOS-CHILE, IMBABURA-EQUADOR E BAÍA DA ILHA GRANDE-RJ BRASIL

Jover Mendes de Oliveira Negrão

Lamounier Erthal Villela

Daniel Neto Francisco

Patrick Gomes de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214122>

CAPÍTULO 3..... 45

O DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Raquel Pereira de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214123>


PARTE II – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ECONOMIA E GESTÃO

CAPÍTULO 4..... 72

TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE UMA MICRORREGIÃO NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Caique Giacomo Ragazzi


Marcio Silva Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214124>

CAPÍTULO 5..... 97

SUBSÍDIOS À INOVAÇÃO NO BRASIL: O PERFIL URBANO-REGIONAL DA SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM EMPRESAS PRIVADAS ENTRE 2010-2019

Aldenilson Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214125>

CAPÍTULO 6..... 116

DA INTEGRAÇÃO MODERNA ÀS DISPUTAS NA NEOLIBERALIZAÇÃO: ESTADO E TERRITÓRIO NO BRASIL POR MEIO DE SEU BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Carla Hirt


Javier Walter Ghibaoudi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214126>

CAPÍTULO 7..... 135

UMA CONCEPÇÃO SISTÊMICA PARA O ESTUDO DE EMPREENHIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO

Susana Iglesias Webering


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214127>

PARTE III – CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 8..... 150

“SEM AÇÚCAR E SEM AFETO”: DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Vinicius Ferreira Baptista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214128>

CAPÍTULO 9..... 167

QUALIDADE DAS ÁGUAS EM ÁREAS PERIURBANAS: CASO DO RIO VALÃO DOS BOIS
EM SEROPÉDICA-RJ

Adriana Schueler

Vinicius Perrut dos Santos

Decio Tubbs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3522214129>

CAPÍTULO 10..... 177

EXPULSOS DO PARAÍSO: A INFLUÊNCIA DO CAPITAL TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ANGRA DOS REIS, RJ

Rita de Cássia Santos de Souza

Robson Dias da Silva

Ana Paula Dias Turetta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141210>

CAPÍTULO 11..... 203

A AGRICULTURA URBANA NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Caren Freitas de Lima


Cristhiane Amâncio

Felipe Jardim

Bruna Maria

Leonis Júnior Silva

João Pedro Ribeiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141211>

PARTE IV – DELIMITAÇÕES REGIONAIS E TERRITORIAIS

CAPÍTULO 12.....213

TRÊS HISTÓRIAS DE CHUVAS NA PERIFERIA: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE NA BAIXADA FLUMINENSE


Lucia Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141212>

CAPÍTULO 13.....228

COESÃO TERRITORIAL NO OESTE METROPOLITANO: OCUPAÇÃO, EXPANSÃO E (DES)ESTRUTURAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Denise de Alcantara


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141213>

CAPÍTULO 14.....249

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REDES SOCIAIS E ENCONTROS VIRTUAIS COM AS COMUNIDADES LOCAIS: AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 NO TERRITÓRIO DA BAÍA DA ILHA GRANDE, RJ

Adriana dos Reis Monteiro

Diná Andrade Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141214>

CAPÍTULO 15.....261

CIDADE COMO ALAVANCA DO CRESCIMENTO COM IGUALDADE

Robson Dias da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35222141215>

POSFÁCIO268

SOBRE OS/AS AUTORES/AS275

PARTE I –Desenvolvimento Territorial, Rural e Sustentabilidade

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Data de aceite: 02/05/2022

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira

O presente artigo traz alguns conceitos e problemas que fazem parte da construção epistemológica da ideia de desenvolvimento territorial sustentável, tal qual desenvolvido em aulas da disciplina de mesmo nome no âmbito do PPGDT, na UFRRJ. Unindo literatura consagrada a debates e pautas institucionais nas áreas do planejamento urbano e do urbanismo, o objetivo é trazer as noções chave de território e desenvolvimento sustentável, com as suas nuances, críticas e possibilidades; bem como traçar um panorama da forma como as questões urbanas e regionais se espacializam, trazendo conceitos como urbano, rural, metropolização, periferização e centralidades. Com essa abordagem, pretende-se que a concepção de desenvolvimento territorial sustentável construída auxilie na formulação, implementação e gestão de políticas públicas.

CRISE ECOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A questão ambiental enquanto parte fundamental da crise do capitalismo emerge

em meados do século passado. O projeto de sociedade iniciado na modernidade, que tinha como base a ideia de desenvolvimento a partir da utilização em larga escala da natureza, levou a humanidade a um patamar inédito. As bombas de Hiroshima e Nagasaki (1945), a morte de milhares de pessoas por poluição atmosférica na Bélgica (1930) e em Londres (1952), o envenenamento por mercúrio conhecido como síndrome de Minamata (1954), o silêncio dos pássaros mortos pelo uso de DDT na agricultura (1962)¹, o naufrágio do petroleiro Torrey Canyon (1967), a explosão de uma plataforma de petróleo da Union Oil Company (1969), enfim, uma série de fatos terríveis ao redor do mundo mostraram que o desenvolvimento pautado na rápida e predatória conversão de recursos naturais em bens de consumo e de produção chegara a um limite. A humanidade estava se matando. A crença no desenvolvimento tecnológico, na objetividade da ciência, no progresso e na razão niilista, conduzira todos a uma realidade pavorosa: uma nau de insensatos governava a Terra (HERCULANO, 2013, p.16).

Nesse sentido, é necessário explicitar que o surgimento do debate ambiental se coloca como contra hegemônico, uma vez que os primeiros movimentos ambientalistas vão questionar esse modelo moderno de desenvolvimento, pautado na superexploração

¹ Alusão ao livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, considerado um marco na difusão da crise ambiental.

da natureza, na construção de uma ideologia de acumulação e na criação de “necessidades” que vão transformar nossa sociedade em uma sociedade de consumo de massas, produtora de bens supérfluos e descartáveis. As bombas e outras tecnologias de morte, de envenenamento, de contaminação, os problemas e doenças genéticas advindos desse modelo afetarão não apenas as atuais gerações, mas também as futuras gerações².

Os pacifistas, os hippies, os movimentos antinucleares, os primeiros verdes, eram sobretudo questionadores do processo de industrialização e acumulação da sociedade capitalista, desse modo de vida urbano, em que a natureza é apropriada, entendida como recurso, e propunham modos alternativos de vida.

Uma série de livros, documentos e manifestos vão ser lançados durante esse período, demonstrando que a causa ambiental começa a ganhar força no debate político, econômico e intelectual da época. Além de Primavera Silenciosa (1962), causa muito debate a publicação do Relatório Meadows, ou “Os limites do crescimento”, pelo Clube de Roma³, que apontava a necessidade de “restrições deliberadas ao crescimento” através de algumas metas, sobretudo desaceleração do crescimento para os países ricos e ajuda para o desenvolvimento dos pobres, que deveriam controlar a natalidade de seu povo. De fato, “a proposta central de ‘Limites do Crescimento’ era parar o crescimento (Rattnaer, 1979, p.191) econômico e populacional” (Oliveira, 2019, p.64). Tal proposta, de crescimento zero, levou seus defensores a serem conhecidos como “zeristas”.

Já em Founex, na ocorrência do Painel sobre Desenvolvimento e Ambiente, em 1971, o crescimento econômico, ou como mantê-lo preservando a capacidade regenerativa da natureza, se coloca como questão e impasse. Os países desenvolvidos vão defender, segundo Herculano (2013), além do crescimento zero, “uma resolução que transformava os recursos naturais em patrimônio da humanidade e os colocaria sob a administração de um fundo mundial.” (Herculano, 2013, p.19). Os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, entendem essa proposta como uma afronta e uma tentativa de freio ao desenvolvimento deles próprios, uma espécie de complô para que não apenas não se desenvolvessem, como ainda tivessem seus recursos naturais apropriados, e se negam a aceitá-la.

Em que pese já haver anteriormente Convenções e normas acerca de questões hoje reconhecidas como *ambientais*, a primeira grande Conferência para enfrentar o problema da exploração da natureza e do desenvolvimento é a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Os temas preocupantes naquele momento eram a poluição atmosférica e a chuva ácida,

2 Uma série de efeitos maléficos das bombas e dos “acidentes” em geral foram sentidos pelas gerações seguintes, em função, sobretudo, de um ambiente contaminado por radiação ou outros venenos que perduram no tempo. Surge assim a expressão “futuras gerações” como objeto de preocupação e de políticas a serem construídas.

3 “Em finais dos anos 1960, o Clube de Roma, criado por um grupo de empresários e executivos transnacionais (Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand, Olivetti, entre outras), colocou em debate entre outras questões, o lado da demanda por recursos não renováveis. O Relatório Meadows, patrocinado pelo Clube de Roma e elaborado por cientistas de uma das mais renomadas instituições acadêmicas norte-americanas, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), apresenta um título ilustrativo: *The limits to growth* (Os limites do crescimento). (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.28)

frutos do processo de industrialização que especialmente a Europa passara: seus países industrializados e desenvolvidos encaravam doenças, mortes, contaminações e já não tinham à sua disposição abundância de recursos naturais necessários para manter a máquina industrial funcionando a pleno vapor. Além de um ambiente degradado, especialmente nas grandes cidades.

Então, depois de alguns eventos e documentos considerados preparatórios (Herculano, 2013; Ribeiro, 2014; Oliveira, 2019), a Conferência reúne:

113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intragovernamentais e não governamentais [...]. Os números indicam a inclusão da temática ambiental na pauta dos países. Porém, apenas dois chefes de Estado compareceram à reunião: Olof Palme e Indira Gandhi, representando respectivamente a Suécia e a Índia. (Ribeiro, 2014, p.74)

Os debates entre os “zeristas” e os “desenvolvimentistas” giraram em torno de questões como crescimento populacional e pressão sobre os recursos naturais, admitindo-se que se todos os países adotassem como referência de desenvolvimento o padrão norte americano, não haveria alimento nem natureza suficiente para todos. Ainda assim:

Segundo John McCormick (1992, p.97), a Conferência de Estocolmo marca a transição do novo ambientalismo emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos 60 para uma perspectiva mais racional, política e global dos anos 70. Segundo o mesmo autor, foi o acontecimento isolado que mais influenciou na evolução do pensamento ambientalista internacional, devido principalmente: [1] à ênfase no meio ambiente humano; [2] à importância dos países subdesenvolvidos, que marcaram sua posição e conseguiram evitar a imposição do pensamento dominante indicado pelo “crescimento zero”; e [3] ao papel ativo das ONGs, que mudaria definitivamente a participação da sociedade civil em eventos da ONU (Oliveira, 2019, p. 80).

Porto-Gonçalves (2004) reforça essa questão, que nos parece central acerca do debate ambiental: a partir do Relatório Meadows e da Conferência de Estocolmo, há um deslocamento em sua abordagem, diríamos que o mundo – e, portanto, o capital e o capitalismo – se apropriam e ressignificam o debate:

Assim, o ambientalismo começava a ganhar o reconhecimento do campo científico e técnico, e, com isso, o próprio campo ambiental começa a se tornar mais complexo, na medida em que é capturado por um discurso, como o técnico-científico, que era objeto de duras críticas por parte do movimento da contracultura. Desde então, veremos aproximações e tensões, no interior do campo ambiental, entre perspectivas mais técnico-científicas e outras mais abertamente preocupadas com questões culturais e políticas.

É importante recuperar essa origem do ambientalismo na contracultura e toda a tensão que se estabelece com o modo de produção de verdades no interior da sociedade moderno-colonial, onde a ciência e a técnica ocupam um lugar de destaque. Afinal, se por cultura entendemos um conjunto de saberes e valores que empresta sentido às práticas sociais, a contracultura indica, exatamente, a busca de outros sentidos para a vida. Ora, o discurso científico e técnico se constituía exatamente como o discurso da verdade (da Verdade,

com maiúscula, prefere-se) no mundo moderno-colonial e, com isso, trouxera a desqualificação de outros saberes, de outros conhecimentos, de outras falas. O que se vê com o Relatório Meadows e *Os limites do crescimento* é o deslocamento da questão ambiental, enquanto questão cultural e política, e sua assimilação por parte da lógica técnico-científica que estava sendo, ela mesma, criticada. (Porto-Gonçalves, 2004, p. 28-29)

Como fruto da Conferência de Estocolmo está a Declaração das Nações Unidas sobre o Meio ambiente, com sete proclamações e vinte e cinco princípios, além de um Plano de Ação; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); a criação de um Fundo global para o meio ambiente; o incentivo à criação de organismos de controle e de políticas ambientais nacionais; e a proposta de criação de um Observatório da Terra.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conceito e principais críticas

Dez anos após a Conferência de Estocolmo ocorre a Conferência de Nairóbi, com a intenção de consolidar políticas ambientais nacionais. O maior feito desta Conferência é a criação da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD),

(...) formada por 21 pessoas de diferentes continentes e de países com diferentes níveis de desenvolvimento e chefiada pela então primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, a quem confiou a tarefa de pesquisar as condições ambientais e de desenvolvimento em todos os países do mundo. Após cinco anos de pesquisas e audiências públicas locais, a CMMAD publicou seu relatório. (Herculano, 2013, p.57)

Este relatório, chamado de “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, foi publicado em 1987 e apontava três principais causas da deterioração ambiental: (i) o uso de tecnologias poluidoras; (ii) o aumento demográfico; e (iii) a intensificação e expansão da miséria.

É esse Relatório que vai consagrar a expressão “desenvolvimento sustentável”, embora ela já tivesse aparecido em 1974, é nele que a ideia ganha fôlego, é desenvolvida e se torna, com o passar dos anos, a nova ideologia do capitalismo. A ideia propugnada pela expressão traz a junção de coisas tidas como incompatíveis até ali: o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza. O que se propunha, portanto, era uma mudança na qualidade do desenvolvimento, e não uma mudança no modo de produção:

Nos termos do Relatório, “Desenvolvimento Sustentável” é definido como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem às suas” (1988, p.9); é um “processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e

futuras” (p.10); é um “desenvolvimento que mantém as opções futuras” (p.46); é uma “correção, uma retomada do crescimento, alterando a qualidade do desenvolvimento” (p. 53), a fim de torná-lo “menos intensivo de matéria-prima e mais eqüitativo em seu impacto (p.56)”. (Herculano, 1992, p.10)

Assim, a partir do lançamento do relatório Brundtland, o debate a ser pautado passa a ser *como* chegar ao desenvolvimento sustentável⁴, abandonando o debate originário acerca do modelo (falido) de desenvolvimento perseguido pela sociedade moderna, esse sim, entendido como gênese da crise. Parecia que tudo se resumia a algumas fórmulas: esverdear a produção, controlar a natalidade e o uso dos recursos naturais, diminuir a pobreza, aumentar a participação social nos processos decisórios. A industrialização estabelecida para altos padrões de consumo, a criação de novas necessidades e subjetividades consumeristas, o desenvolvimento de produtos com obsolescência programada, o culto ao ter e ao individualismo foram assuntos paulatinamente deixados de lado. A pauta ambiental instrumentalizou-se e foi apropriada pelas instituições, a começar pela própria ONU (Ribeiro, 2014, p.66)

De toda forma, diversas críticas e ponderações foram construídas nesse diálogo com o conceito de desenvolvimento sustentável, a começar por sua própria imprecisão conceitual, que deixa em aberto toda uma gama de possíveis significados e construções, sendo talvez um dos motivos, como aponta Leandro de Oliveira (2019, p.142), para o termo ter sido universalmente tão bem aceito. Nesse sentido, a sustentabilidade se tornou “uma nova crença destinada a substituir a ideia de progresso” (Acselrad, 1997, p.1922).

Desde a publicação do Relatório Brundtland (1987) o desenvolvimento sustentável tornou-se a referência incontornável, o modelo universal a ser implementado para permitir o alcance simultâneo dos objetivos econômicos (o crescimento), sociais (a erradicação da pobreza) e ecológicos (o respeito do meio ambiente). A utilização do qualitativo “sustentável” tornou-se, assim, um verdadeiro fenômeno de moda, que se propagou ao conjunto dos grandes setores de atividades contemporâneas: agricultura sustentável, turismo sustentável e cidade sustentável (Gouguet, 2005, p. 165).

Inicialmente é preciso dizer que o próprio relatório Brundtland reconhece a necessidade da construção de uma nova ordem econômica mundial, baseada numa consciência ecológica e numa postura ética da sociedade diante da produção e do consumo. Como nos ensina Selene Herculano, o desenvolvimento sustentável pressupõe “um conjunto de mudanças-chave na estrutura de produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir de suas causas” (HERCULANO, 1992, p.22). Pressupõe, desta forma, que a consciência ambiental pode ser alcançada principalmente através da educação e de políticas de formação e conscientização, que,

4 O relatório aponta diversas medidas a serem tomadas pelos países, dentre elas atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; realizar a reforma agrária onde a distribuição de terras é muito desigual; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões, entre outros (Herculano, 2013, p. 59)

evidentemente, não alteram a construção da subjetividade de indivíduos consumidores e de meios de produção hiper produtores. Como postula Coutinho (2004, p. 28):

A proposta de uma alternativa econômica compatível com a preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado tem os seus pressupostos em princípios físicos (termodinâmica), o seu ponto nodal no desenvolvimento sustentável, o seu sujeito numa genérica e abstrata “humanidade” e coloca a ética no lugar da política ou, na melhor hipótese, a política centrada numa ética universal que dependeria, para se efetivar, da “consciência ecológica” individual assumir a dimensão de “cidadania coletiva”. Não se deve estranhar, portanto, a primazia analítica atribuída à “crise ambiental” e sua desconexão das condições concretas da sua própria produção.

A partir dessas palavras, e mediante essas percepções, trazemos aqui uma espécie de compilado das críticas mais comuns ao debate acerca do desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, deve ser observada a própria crítica ao modo de produção. O capitalismo industrial degradou as condições de vida no mundo inteiro, contudo, nem a apropriação dos recursos naturais, nem a geração e distribuição das riquezas advindas desse processo geraram um mundo melhor, justo e igualitário. Nesse sentido, a crítica colocada é: como manter o paradigma de desenvolvimento se não há desenvolvimento para todos? Nessa linha de raciocínio, por que deixar para as futuras gerações um modelo de sociedade injusto e desigual? Por que a preocupação com o futuro, se o presente precisa ser modificado, para, então, ser algo a ser deixado?

Wolfgang Sachs (1997), por exemplo, fala de uma vitória da crise da natureza sobre a crise da justiça, uma vez que as gerações futuras, pelo Relatório, é que devem ter garantidas suas existências e sobrevivência, e não as pessoas que estão vivas – ou sobrevivendo – neste exato momento. O tempo é privilegiado em relação ao espaço, as gerações futuras se sobrepõem aos miseráveis de hoje.

Daí nasce a crítica de que a propaganda ideológica não incorpora em seu discurso as consequências sociais da produção capitalista, ignorando que o modelo de desenvolvimento empiricamente adotado gerou uma enorme desigualdade na distribuição econômica, social, espacial e ambiental da riqueza produzida. Neste sentido, “a ação e o discurso ambientais, quando realizados em nome do desenvolvimento sustentável, tomam posição, implícita ou explícita, a respeito das crises de justiça e da natureza” (Sachs, 1997, p.15).

Outra poderosa crítica se refere à premissa de que a humanidade inteira deseja a sustentabilidade desse modo de produção e de vida: ora, como nos ensinam Acsehrad (2010), Derani (2008), dentre outros, não há ambiente sem sujeito, ou seja, o ambiente tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades e culturas. Não existe um único modelo, ainda que ele mesmo possa ser criticado como desigual e injusto. Nesse sentido, a crítica é: quem disse que é essa sociedade branca, patriarcal, europeia e colonizadora que queremos deixar para o futuro? Essa sociedade

gerou a própria crise da insustentabilidade? Existem diversas formas de existir, umas reconhecidamente menos degradadoras – e, portanto, “sustentáveis” – do que outras. Não há “futuro comum”, porque não há passado comum.

Assim, o debate social parece ter se construído sobre os meios que utilizamos na exploração do ambiente, e não sobre os fins de tal exploração, não passando a mobilização para a sustentabilidade de mera tentativa de economizar tais recursos, mantendo tudo como está. O economista Georgescu-Roegen indagava: “usamos os recursos planetários para produzir arados ou canhões?” (apud Acsehrad, 2010, p.108)

Institucionalização

Com todo o debate e todas as críticas, às condições socioambientais atuais demonstram, empiricamente, a necessidade de construção, efetiva e urgente, de políticas públicas, nacionais e internacionais, que apontem um caminho possível, viável e duradouro na relação sociedade x natureza, uma vez que a substituição do capitalismo saiu de pauta. Assim, surgiram propostas de “dimensões da sustentabilidade” (econômica, social, ambiental, cultural, política, etc), e associações da sustentabilidade com espaços sociais (urbana, rural, metropolitana, regional, etc). De toda forma, ocorre a modernização ecológica do sistema:

(...) noção que designa o processo pelo qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso (Acsehrad, 2010, p. 107).

No Brasil, teremos a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (1973), ligada ao Ministério do Interior; a primeira lei geral ambiental, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81); e um capítulo na Constituição de 1988 (art.225, especialmente). A partir daí, um conjunto normativo extenso e variável sobre diversas temáticas ambientais⁵, a criação do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA⁶, ICM-BIO⁷, secretarias e órgãos ambientais estaduais e municipais.

No mundo, as principais Conferências foram a Conferência do Rio de 1992 (Rio-92), a Conferência de Johannesburgo de 2002 e a Conferência do Rio de 2012 (Rio+20), e uma diversidade de Protocolos, Convenções e Tratados foram celebrados sobre as mais diversas questões ambientais, de poluição e lixo transfronteiriços a mudanças climáticas e

5 A título de exemplo: Lei de Fauna (Lei 5.197 – 1967); Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802/1989); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433 – 1997); Resolução CONAMA 237/1997, sobre Licenciamento Ambiental; Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 – 1998); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985 – 2000); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010); Novo Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651 – 2012).

6 O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado pela Lei 7.735/1989, tem a competência de realizar a Política Nacional do Meio Ambiente, atuando na fiscalização e controle da exploração de recursos naturais.

7 O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi criado pela Lei 11.516/2007 e tem a competência de executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União, dentre outras.

biodiversidade.

Em 1986, a ONU aprovou a **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**⁸:

Artigo 1º

1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados.

2. O direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos de autodeterminação que inclui, sujeito às disposições relevantes de ambos os Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, o exercício de seu direito inalienável de soberania plena sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.

Na virada do século, durante a Cúpula do Milênio, a ONU lançou um Pacto entre 191 nações, o qual estabeleceu oito objetivos a serem atingidos até 2015, para um mundo melhor e mais justo. Essa agenda mundial, com 22 metas e 48 indicadores, ficou conhecida como **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**.

Com pontos e metas concretas, o resultado inicial de aplicação dos ODM foi considerado bastante positivo. Assim, na realização da Rio+20, em 2012, um novo conjunto de Objetivos foi construído para direcionar o desenvolvimento sustentável após 2015 e até 2030: os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Segundo o site do governo federal sobre os ODS, a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** passa a ser adotada por 193 países e

Sua implementação teve início em janeiro de 2016, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), e ampliando seu escopo. Abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança.⁹

São 17 ODS e 169 metas, relacionadas a cada objetivo.

⁸ Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/bmestar/dec86.htm>

⁹ Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>



Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>

Diversos governos, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e organizações civis ao redor do mundo passaram a adotar os ODSs como referências de construção para um mundo melhor. A noção de desenvolvimento sustentável é, assim, não apenas desenvolvida, mas minuciosamente detalhada. Apenas como exemplo, o ODS 12, “assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis”, tem 11 metas, algumas concretas, como a 12.3: “Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita”, mas a maioria ainda tem natureza muito programática e abstrata, como a 12.2: “Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais”.

É importante perceber o nível de debate a que chegamos três décadas depois, reconhecendo-se como imprescindível para o desenvolvimento sustentável a erradicação da pobreza (ODS 1), da fome (ODS 2), acesso à água limpa e ao saneamento (ODS 6), dentre tantas questões primordiais. Ainda assim, mantêm-se todas as críticas.

O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA FUNDAMENTAL DE ANÁLISE PARA QUALQUER POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Território, espaço, lugar são categorias trabalhadas pelas diversas ciências humanas e sociais, de forma direta e conceitual – como na geografia, no urbanismo – ou de forma mais indireta – como na história, ciências sociais e no próprio direito. Embora haja concepções distintas, parece ser inerente ao estudo da sociedade humana as suas formas

de habitar, viver, produzir o e no território, ao mesmo tempo em que se pensa como esse território produzido reflete as relações sociais e de poder numa determinada sociedade. Como coloca Lefebvre acerca da cidade, “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (Lefebvre, 2006a, ps.46-47).

Essa citação inicial nos traz alguns dos elementos imprescindíveis ao trabalharmos a noção de território: obra, obra humana, obra humana que se faz dadas as condições históricas vigentes. Em Lefebvre, o espaço enquanto meio social de produção e reprodução da vida, pode – e deve – ser lido através das complexas construções e relações econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais, religiosas, simbólicas, cotidianas, que se materializam no espaço, seja objetivamente, seja subjetivamente. O filósofo afirma que o espaço é produzido – e é produto – das práticas sociais, das representações do espaço e dos espaços de representação¹⁰, tudo num imbricamento de ações, intervenções, planos, debates, símbolos, redes, nós, etc.

Essa construção de Lefebvre em “A Produção do Espaço” (2006b) é feita em uma época em que geógrafos especialmente estão repensando seus objetos de estudo e análise, trazendo uma concepção mais dinâmica e íntegra de território para o centro dos debates, superando a falsa dicotomia entre um território “físico”, com suas bacias, relevos, clima, vegetação, e um território “humano”, com suas construções, redes e principalmente, como espaço delimitado onde incide o poder do Estado Nação¹¹. Nesse sentido, como aponta Ana Fani Carlos (2011, p. 57), “espaço como conceito teórico e como realidade concreta” é o que se constrói.

Raffestin (1993), por exemplo, nos ensina que o espaço é livre, é aquilo que existe naturalmente, sem a interferência humana, anterior ao território, portanto. Em sua concepção, o espaço é o que nos foi “dado” pela natureza, e o

território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (Raffestin, 1993, p.143)

O autor afirma que o território enquanto produção humana está carregado de trabalho humano, ou seja, as relações de poder, que organizam o trabalho e a própria sociedade,

10. Lefebvre vai apontar que o espaço está organizado para as relações de produção (trabalho) e reprodução (família) da vida, e que tal forma de organização enseja três dimensões ou processos dialeticamente interconectados: I. *A prática espacial*, que engloba tais relações e assegura a própria continuidade da sociedade naquele espaço. O uso do nosso corpo no dia a dia, seja no trabalho, seja nos deslocamentos diários, nas relações familiares, enfim, no cotidiano, gera o que ele chama de espaço percebido; II. *As representações do espaço*, estabelecidas pelo saber e pela ideologia, configuram-se como *espaço concebido*, ou seja, o espaço idealizado pelos urbanistas, arquitetos, pelo poder público e pela ciência, planejado através de planos, projetos e normas, além de ser representado por mapas e imagens cartográficas; III. E o *espaço das representações*, que são aqueles dotados de “simbolismos complexos” (Lefebvre, 2006b, p.36), onde a arte, o sagrado e o profano acontecem, nomeado pelo autor de *espaço vivido*.

11 “Do ponto de vista da Geografia, essa abordagem indica o deslocamento do enfoque – tido como tradicionalmente geográfico – da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais.” (CARLOS, 2011, p.53)

se materializam no território. Assim, a produção do território é necessariamente marcada pelas possibilidades da época. As técnicas, o conhecimento e as ações que constroem os territórios podem ser lidas como indicadores do tempo e revelam também o jogo de poder estabelecido para suas criações, desenvolvimentos e visibilidade.

Como exemplo, não é possível pensar nas cidades globais de hoje sem uma boa rede de internet, que garanta conexão estável a todos, como também bons meios de transporte global e presença maciça do setor financeiro. O espaço globalizado do século XXI exige uma infraestrutura material – cabos, computadores, prédios, portos, navios, bancos – que se assenta num conhecimento dessa época – a criação dos computadores e da internet – trazendo novas formas de ação, como o próprio capitalismo financeiro e seus desdobramentos. A produção do espaço pode ser visualizada a partir do tempo que nele se insere, o mundo nesse sentido pode sempre ser lido na relação espaço-tempo.

A ação produtora, desta forma, se define na passagem incessante da temporalidade para a espacialidade, pois a produção pode ser entendida a partir da objetividade de fazer o produto, e para tal é necessário uma determinada ordem, uma intenção que se expressa tanto na matéria quanto na sincronicidade organizada para produzir o produto (Lefebvre, 2006b, p.65).

Toda essa produção é dada pela técnica, conceituada por Milton Santos (2009), como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (SANTOS, 2009, p.29) A fusão entre técnica e natureza (objetos) é o meio geográfico, não há separação entre eles. O meio geográfico começou como meio natural (pré-técnico), que virou meio técnico, e que agora, século XXI, é meio técnico-científico-informacional. Para Santos (2009), “(...) o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (idem, p.42); “é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais” (ibidem, p.109).

Assim, para pensar o desenvolvimento territorial é preciso compreender o que é território, o meio técnico-científico-informacional, sua forma de produção e reprodução através das políticas de planejamento, das relações sociais de poder, dos usos cotidianos, dos deslocamentos, dos simbolismos, enfim, das técnicas que sobre ele incidem. Sem esquecer que esses elementos não apenas não incidem igualmente em todos os espaços, havendo produções bastante heterogêneas e hierárquicas, como também não são estáticos, o que será visto a seguir.

Para finalizar, é preciso pensar as territorialidades também, a maneira como cada indivíduo e grupo social cria suas relações com o território, construindo, a partir dessas relações, noções de identidade, pertencimento e afetos, que, evidentemente, vão reverberar nos usos, funções e controles sobre o próprio território, de maneira objetiva ou não. De fato, viver num dado território nos define muitas vezes como sujeito: nossa maneira de falar, de vestir, o que comemos, nossos hábitos, nossas preferências religiosas, de lazer, além das relações que construímos e a classe social a que pertencemos.

Raffestin (1993) procura construir o conceito de territorialidade a partir do diálogo com alguns autores. Inicialmente a conceitua como “um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (Raffestin, 1993, p.158), sem esquecer que todas as relações são mediadas pelo poder, seja ou não estatal. Mais adiante ele continua:

Na tradição americana a territorialidade é definida como “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem”. Como diz o próprio Soja, o mais geográfico dos modelos é aquele das relações espaciais determinadas por inclusões ou exclusões. Parece-nos que o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade. (Raffestin, 1993, p.159)

(...)

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. (Raffestin, 1993, p. 161).

Em uma tentativa de diferenciar território, territorialidade e territorialização, Martins e Chagas (2021) propõem uma sistematização com elementos de análise, em que, a partir de três chaves de mediação – i) afeto; ii) poder/resistência; iii) segregação/contradição – a territorialidade se expressa através de: i) identificação dos atores sociais com o território; ii) controle simbólico do território por meio da identidade; iii) valores, aparências, comportamentos, classes, cores, gêneros dos atores como forma de controle e separação (Martins e Chagas, 2021, p.321).

Como visto, embora não seja simples, a territorialidade é um marco importante para pensar o desenvolvimento territorial, uma vez que se trata de intervenções públicas e privadas num território constituído de territorialidades, e não de mero espaço.

Por fim, vale trazer Paul Little (2004), que ao discorrer sobre grupos étnicos e seus modos de vida, coloca a territorialidade como categoria central, substituindo assim a questão de luta pela terra por uma luta pela territorialidade daquela população:

A renovação da teoria da territorialidade da antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland (cf. Sack, 1986:19) (Little, 2004, p.253)

ESPACIALIZANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONFIGURAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS

Nesta seção pensamos em trazer algumas categorias espaciais de análise já bastante consolidadas na literatura, apenas para evidenciá-las e poder correlacioná-las, a fim de auxiliar na construção teórica de uma ideia de desenvolvimento territorial sustentável. Abordada a noção de desenvolvimento sustentável e de território, é preciso pensar empiricamente, a partir dessas categorias: que tipo de território se planeja incidir/ atuar/levantar? Que conflitos e potencialidades ele tem? Como ele se (re) produz? Que forças/interesses atuam ali? Uma coisa é certa: não há configuração territorial igual a outra, daí a necessidade imperiosa de pensar o desenvolvimento a partir do território, e não o contrário. Outra questão fundamental é que se deve observar as escalas nas relações territoriais.

Podemos começar pela divisão centro-periferia. Simplificadamente, uma centralidade espacial é um lugar de atração de pessoas, investimentos, serviços, informações. A centralidade se configura a partir de uma série de possibilidades que são oferecidas numa relação com outros territórios, periféricos em relação a ela. O centro concentra atividades (oferece empregos, serviços, comércio, lazer, integração territorial) e através delas estabelece funções para si e para as periferias, conformando uma rede urbana, numa relação dialética e hierárquica.

É possível pensar, utilizando escalas: países centrais e países periféricos; regiões centrais e regiões periféricas; cidades centrais e cidades periféricas; bairros centrais e bairros periféricos. De toda forma, para cada dimensão desta, nos é totalmente possível caracterizar um conjunto de situações, serviços e relações próprias.

Tomemos como exemplo a concepção de cidades centrais e cidade periféricas compondo uma região metropolitana. Segundo Marcelo Lopes de Souza (2011), a metrópole se difere da aglomeração urbana porque nela há um município polo, um núcleo metropolitano, ao passo que as aglomerações são formadas por cidades pequenas ou médias. Desta maneira, a ideia de metrópole tem ainda como referência o predomínio de uma cidade sobre outras, em uma relação desigual, em que *a região metropolitana se confunde com a metrópole*, ou seja, a reunião de diversos municípios é compreendida como uma única cidade, o que acaba por gerar desigualdades espaciais, sociais, ambientais e econômicas entre elas, já que são os ideais e bens produzidos na metrópole que serão consumidos por todos os outros municípios.

Portanto, a metrópole é apresentada como a cidade principal dentro de um conjunto de cidades contínuas no tecido urbano, que estabelecem entre si uma relação de dependência, especialmente no que se refere às questões de oferta de emprego, mão-de-obra e moradia. A continuidade do tecido urbano, associada à distribuição desigual no território metropolitano desses três elementos, geram uma circulação diária e intermitente

de pessoas, riquezas e energias. Contudo, nem a ocupação nem a circulação se fazem de maneira equânime, tampouco a relação que a cidade central estabelece com as outras – periféricas. A hierarquia entre esses espaços é uma das principais características definidoras da relação entre eles.

Assim, sustentamos a ideia de que metrópole é uma grande cidade que coloniza, qualitativamente, outros territórios a sua volta, dependentes dessa cidade principal, formando a denominada região metropolitana. Lefebvre já coloca isso: “O espaço dominante, o dos centros de riqueza e de poder, se esforça para moldar os espaços dominados, os das periferias. Ele reduz a si, por uma ação frequentemente violenta, os obstáculos e resistências” (Lefebvre, 2006b, p.48). E Rosa Robira aprofunda:

É qualificado como área ou região metropolitana aquele território mais ou menos urbanizado que fica em torno de uma grande cidade e depende dela. Avaliando-se qualitativamente, pode-se considerar que se trata de um território colonizado por uma grande cidade; está explorando seu ouro e sua prata, ou seja, seus recursos – água, solo, trabalho...-, impõe-lhe seu modo de organização e em troca recebe bijuterias, ou seja, aqueles equipamentos ou infraestruturas que a grande cidade expulsa: indústrias mais ou menos incômodas ou poluidoras, urbanização marginal ou secundária, aeroportos, rodovias, presídios, aterros sanitários, plantas de tratamento... (Robira, 2012, p.13)

Então, se temos, de um lado, um núcleo metropolitano que “explora o ouro”, de outro temos as cidades periféricas como aquelas que são “exploradas” e recebem “bijuterias”. Assim, o reverso da metrópole é a periferia, o espaço da “sobra”, onde não há interesse do capital imobiliário nem investimentos do setor público, numa relação dialética que tem como consequência óbvia a não valorização da terra e o local perfeito de moradia dos pobres e da concentração de empreendimentos indesejáveis, reforçando injustiças ambientais e segregação socioespacial.

Cibele Rizek (2013), ao analisar as periferias brasileiras nas duas metrópoles globais, apresenta uma periferia cujo território é hierarquicamente recriado e fragmentado, tanto por certa militarização como por um conjunto de atores sociais que estabelecem uma forma moral de gerir a pobreza.

São Paulo e Rio de Janeiro em suas favelas e territórios marcados pelo que se convencionou chamar – tanto na linguagem acadêmica quanto no crivo das categorias nativas – periferias testemunham novas tessituras: a presença do tráfico e de seus patrões ou donos, bem como dos mercados de proteção e dos acordos com as forças repressivas, a nova legitimidade construída em torno da presença dessas forças repressivas que constroem modos mais ou menos eloquentes de militarização do espaço e da gestão urbanas, as igrejas pentecostais e neopentecostais e suas teologias da prosperidade revestidas de empreendedorismo, os programas de redução da pobreza ou da sua transformação em demanda ou em fragmentos identificados como públicos-alvo face a uma oferta composta por ONGs, estado, programas sociais e culturais de todos os tipos e, finalmente, borramentos, transbordamentos que fracionam as fronteiras entre cada uma

dessas novas configurações. (Rizek, 2013, p.13).

Essa gama de novos atores e esses novos modelos de gestão do espaço, vão colocar a própria categoria *periferia* em disputa, segundo a autora. O que deve ser ressaltado é que essa realidade não coloca mais tais periferias tão distantes do centro, não as diferencia e separa da realidade urbana, pelo contrário, parece haver certa união do que antes era oposição. Portanto, em olhar morfológico, a periferia pode ainda distar quilômetros do centro, mas em termos socioculturais, parece estar cada vez mais integrada à centralidade urbana.

Em que pese tais considerações, não é possível esquecer, entretanto, que o espraiamento da população pelo tecido urbano gerou periferias e periferias, ou seja, embora estejamos trabalhando com a periferia como algo em oposição ao centro, é possível perceber que as periferias entre si não são iguais, tampouco têm as mesmas funções dentro do contexto metropolitano a que pertencem. Da mesma forma, uma periferia pode ser centralidade, a depender da escala.

Observando o sentido de espraiamento da população, somado a uma lógica de reprodução do capital no espaço que atinge seu auge na globalização, é preciso observar um novo processo de metropolização, apontado por Sandra Lencioni como “um processo socioespacial que metamorfoseia o território” (Lencioni, 2013, p.17). A autora coloca que na crise atual do capitalismo, a metropolização é imanente à globalização e atua homogeneizando o espaço, intensificando sua fragmentação e alterando a hierarquização entre os lugares (idem, p.30). Ana Fani Carlos vai no mesmo sentido:

(...) momento diferenciado do processo de acumulação em função de suas exigências, o que se explicita pelo desenvolvimento/extensão do tecido urbano que, a partir do centro, desenvolve-se até a periferia com conteúdos diferenciados em seu processo de extensão. Tal fato redefine as formas e os conteúdos da periferia. (Carlos, 2013, p.38/9).

Portanto, o rearranjo produtivo do capital tem imposto aos territórios “reconfigurações”, “renovações” e “requalificações” que esticam o tecido urbano, alargando suas fronteiras e inserindo novos municípios e cidades na rede metropolitana, alterando a forma, a estrutura e a natureza daquele. Nesse sentido, o periurbano e o rural também se refazem.

Historicamente a diferença entre urbano e rural se dava em função, sobretudo, das atividades econômicas desenvolvidas em cada espaço. No século XXI, essas atividades se imbricam nos espaços, como aponta Ruy Moreira ao observar a realidade do campo pós revolução verde:

(...) a agricultura e a indústria fundem-se na estrutura única do complexo agroindustrial, uma estrutura de produção e trabalho em que os setores da agricultura, da indústria, do serviço e da pesquisa tecnológica eliminam as separações setoriais (em setores primário, secundário, terciário e quaternário) e espaciais (em cidade e campo; e cidade e região) e introduzem um modo de organização espacial sem as separações que segmentam territorialmente

Assim, o campo se modifica: de um rural entendido como atrasado, “caipira”, passamos a uma realidade que compreende a agroindústria, o agronegócio com seus latifúndios de monocultura, os agricultores familiares e os trabalhadores rurais. Além destes, a crise ambiental rearticula o campo como espaço de uma vida mais tranquila, “natural”, com seu ritmo mais lento e sua paisagem mais serena e agradável, atraindo sobretudo o setor de serviços, diversificando a própria ocupação dos trabalhadores rurais. Desta forma, vem ocorrendo uma resignificação também do meio rural: de lugar do atraso para lugar do descanso, do lazer. Esse conjunto de modificações no campo brasileiro (e em outros lugares do mundo), geraram o que Graziano da Silva denominou de “novo rural”:

O “novo rural”, como o temos denominado, compõe-se basicamente de quatro grandes subconjuntos, a saber:

- a) Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b) Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os “sem-sem” como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;
- c) Um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- d) Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados. (Graziano da Silva, 2002, apresentação, p. ix)

Assim, metropolização, centralidades, periféricas, campo, cidade são formas de ler o território a partir de certas características brevemente apontadas aqui, com o intuito de auxiliar na articulação de políticas territoriais.

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de desenvolvimento sustentável, oriunda da vertente ambiental da crise societária que vivemos, nasce como questionadora de valores promovidos pelo capitalismo e, uma vez apropriada, passa a ser tratada como a nova ideologia do sistema.

Propugnando de forma imprecisa um novo modelo de desenvolvimento para toda a humanidade, a proposta do relatório Brundtland, embora eurocêntrica, ou por isso mesmo, acaba se difundindo e trazendo diversas críticas, ainda muito atuais, mas também a construção de políticas, instituições e metas a serem alcançadas. No centro dessa institucionalidade estão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, eixos norteadores de políticas, ações e propostas internacionais e nacionais

para outro mundo, em que a pobreza, a fome e as diversas desigualdades atuais sejam superadas.

Tais concepções e ideias, ao serem aplicadas, configuram a necessidade de compreensão dos territórios que incidirão, uma vez que não é possível comparar Los Angeles a Melbourne, São Paulo a Delhi, o campo francês ao campo brasileiro. Cada território tem suas especificidades, suas formas de produção e reprodução do trabalho, da sociabilidade e da vida. Embora o capitalismo se projete no território de forma global, produzindo a mercantilização e a metropolização das cidades, as periferias, o meio rural, os centros de região, as pequenas e médias cidades apresentam natureza e características próprias. Da mesma forma, ali se encontram diversas territorialidades, que usufruem dos territórios de formas muito distintas.

Assim, para pensar em desenvolvimento territorial sustentável, parece-nos essencial levar em consideração os elementos aqui apresentados, necessários, mas não suficientes. Sabemos que é preciso pensar os corpos no território – corpos negros, femininos, gays, deficientes, refugiados – que se confrontam cotidianamente com uma construção territorial muitas vezes hostil.

De toda forma, a proposta não é esgotar a questão, o que seria impossível, uma vez que a produção do espaço e da subjetividade humana está em constante transformação, gerando novas ideias, conceitos, concepções, técnicas, territórios e materialidades. A questão é ampla e exige alinhamento entre teoria e prática, ideologia e empiria. Aqui esboçamos alguns pontos que consideramos essenciais para o fim de auxiliar nossos discentes, leitores e leitoras, a pensar sobre como projetar, planejar e executar uma política territorial de desenvolvimento sustentável, esperando contribuir na construção de outro mundo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e Território nas Ciências Sociais. **VII Encontro Nacional da ANPUR. Anais.** 1997. ps. 1909-1934.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados.** vol.24 n°.68 São Paulo, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (orgs.) **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA et all (Orgs.). **Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. 1.

COUTINHO, Ronaldo. Direito Ambiental das Cidades: questões teórico-metodológicas. In: COUTINHO, Ronaldo e ROCCO, Rogério (orgs.) **O Direito Ambiental das Cidades.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GOUQUET, Jean-Jacques. A erradicação da pobreza no mundo: do mito à realidade. In: KISHI, Sandra Akemi Shimada; SILVA, Solange Teles da; SOARES, Inês Virginia Prado (orgs). **Desafios do Direito Ambiental no século XXI: estudos em homenagem a Paulo Affonso Leme Machado**. São Paulo: Malheiros editores, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. rev. 1 reimp. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2002.

HERCULANO, Selene. **Políticas ambientais: o ambiente é você... e você... somos nós**. Niterói: Editora da UFF, 2013.

HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. **Ecologia, Ciência e Política**. Mirian Goldenberg (coord.). Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, pp. 9 – 48.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso em 13 out 21.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2006a.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev., 2006b.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA et all (Orgs.). **Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. 1.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MARTINS, Mateus Pires; CHAGAS, Priscilla Borgonhoni. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.17, n.2, p.314-325, mai/ago 2021. Taubaté, SP, Brasil.

MOREIRA, Rui. **A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

OLIVEIRA, Leandro Dias. **Geopolítica Ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992)**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Direitos sobre o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/bmestar/dec86.htm>. Acesso em 13 out 21.

PORTO-GONÇALVES Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2014.
- RIZEK, Cibele. Pensar a periferia é desdobrar alguns aspectos da cidade do presente. Em: CALHEIROS, A. *et al.* (orgs.) **Marxismo e Produção Simbólica: periferia e periferias**. São Paulo: Nankin, 2013. pp. 9-21.
- ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas: espaços colonizados. Em: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. (orgs.) **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. 2.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. pp.9-20.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.
- SACHS, Wolfgang. Anatomia Política do Desenvolvimento Sustentável. In: **Democracia Viva**, n.1, nov 1997, p.12-23.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 5 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br




TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:




Agenda e questões contemporâneas


Atena
Editora
Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br


 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE:



Agenda e questões contemporâneas


Atena
Editora
Ano 2022